

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.752 - MG (2019/0254548-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : HOSPITAL INFANTIL PADRE ANCHIETA LTDA**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO DINIZ TAVARES - MG084248**  
**LIRIS CRISTINA TAVARES RIBEIRO STIGERT - MG080971**  
**RECORRIDO : AHL - IMAGENS TÉCNICAS RADIOLOGICAS LTDA**  
**ADVOGADO : ESTER MARIANA DOS SANTOS JOAQUIM - MG152887**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo HOSPITAL INFANTIL PADRE ANCHIETA LTDA. contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela Décima Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em sede de apelação, assim ementado (e-STJ fl. 263):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE RESSARCIMENTO ACORDO HOMOLOGADO EM SEDE DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA – EMPREGADORA – TOMADORA DE SERVIÇOS – RESPONSABILIDADE – RECONHECIMENTO – PRINCÍPIO DO *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM*. Tendo em vista que a parte, tomadora de serviços, optou por realizar acordo na esfera trabalhista, reconhecendo, assim, a sua responsabilidade pelo pagamento de verba devida ao empregado, não pode agora pleitear a condenação regressiva da empregadora, sob pena de violação ao princípio do *venire contra factum proprium* e ainda da boa-fé objetiva.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 276/283).

Em suas razões, com amparo no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015; e 186, 187, 593, 594, 884, 927, 932, III, e 934 do Código Civil de 2002.

Alega, em síntese, que o fato de ter celebrado acordo na Justiça do Trabalho não retira o direito de, na sequência, manejar ação de regresso contra a recorrida, responsável direta pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas ao seu empregado, visto que o "[...] ajuizamento posterior de ação de ressarcimento não pode

# Superior Tribunal de Justiça

*ser entendido como comportamento contraditório, mas sim exercício regular de direito, amparado por disposição contratual expressa (contrato de prestação de serviços) [...]"* (e-STJ fl. 292).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 315/327).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 331/333).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Assiste parcial razão ao recorrente.

De início, quanto às questões aventadas pela parte ora recorrente, o Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (e-STJ fls. 265/267):

[...]

Da análise dos autos, verifica-se que a parte autora pretende ser ressarcida dos valores despendidos em decorrência de acordo firmado em sede de Reclamatória Trabalhista proposta pelo Sr. José Victor Teixeira Rodrigues em face do hospital requerente, da empresa ré e de outras pessoas jurídicas.

Esclareça-se que as partes firmaram acordo de prestação de serviços, de acordo com o qual a empresa contratada, ora apelante, realizaria serviços de assessoramento e consultoria relativamente à gestão de pessoas na área de radiologia, do que adveio a contratação do mencionado reclamante como técnico para realizar serviços no hospital apelado, figurando este, portanto, como tomador de serviços e a requerida como efetiva empregadora.

Pois bem, naquela demanda as partes optaram por realizar acordo, ficando estabelecido que o hospital autor pagaria R\$ 60.000,00 ao reclamante, quantia cujo ressarcimento ora pleiteia por meio da presente demanda, sob o fundamento de que o contrato firmado com a ré teria previsto que somente ela seria responsável pela quitação de verbas trabalhistas, do que adveio a sentença primeva, com a procedência do pedido autoral decorrente da aplicação da Súmula 331 do TST, culminando na condenando a ré no pagamento da

# Superior Tribunal de Justiça

quantia despedida, com os acréscimos legais.

Em que pese o entendimento abraçado em primeiro grau, entendo que a sentença não merece prosperar, devendo ser acatada a argumentação tecida pela empresa recorrente.

É que adotar entendimento diverso seria beneficiar o hospital autor de sua própria torpeza, praticando ato contraditório ao realizar transação judicial, devidamente homologada, e posteriormente pleitear o respectivo ressarcimento.

Ora, se o autor entendia que o contrato firmado com a parte ré excluiria eventual responsabilização de sua parte pelas verbas trabalhistas, então não deveria ter realizado livremente o acordo na esfera trabalhista, eis que naquele momento reconheceu, sem sombra de dúvidas, que tinha responsabilidade, ainda que parcial, por pagamentos devidos ao reclamante, abdicando, via de consequência, à desoneração constante do instrumento particular firmado junto à requerida.

É dizer, acolher as alegações do autor seria aceitar a flagrante violação ao princípio do *venire contra factum proprium*, que veda o comportamento contraditório, visto que estaria se permitindo que ele se beneficiasse da própria torpeza ao ter aderido a um acordo, pleiteando a respectiva homologação judicial, e vindo agora contra ele se insurgir sem trazer, para tanto, qualquer fundamentação plausível.

[...]

Do que acima explanado, não há outro desfecho para o feito senão acolher a tese sustentada pela parte ré, ora recorrente, reconhecer a impossibilidade de acolher o pedido autora, sob pena de violação ao princípio supramencionado e, assim, à boa-fé objetiva e à eticidade, base da legislação civil, devendo haver reforma da sentença na sua integralidade, com a consequente improcedência do pedido inaugural.

[...]

Portanto, rever tais fundamentos do acórdão recorrido demandaria a alteração das premissas fático-probatórias dos autos, mediante o reexame de provas, procedimento vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. Assim:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO

# Superior Tribunal de Justiça

CPC/1973. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Aplica-se o óbice da Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 182.361/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/5/2016, DJe 10/5/2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. LEGITIMIDADE PASSIVA. FUNDAMENTO INATACADO. RESPONSABILIDADE DO VENDEDOR PELOS DÉBITOS TRABALHISTAS ANTERIORES À ALIENAÇÃO DEMONSTRADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

2. O Tribunal *a quo*, analisando o contexto fático-probatório dos autos, concluiu que o recorrente assumiu, perante o autor, a responsabilidade por qualquer débito trabalhista existente até o dia da alienação, não podendo alegar em sua defesa previsão contratual existente em pacto firmado com terceiro estranho à lide, uma vez que o agravado não participou de tal avença.

3. A inversão do decidido pela Corte de origem demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, providências, no entanto, incompatíveis com a via estreita do recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 324.700/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 8/9/2017).

De outra parte, no que diz respeito ao artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 (correspondente ao artigo 538, parágrafo único, do estatuto processual de 1973), assiste razão à parte recorrente, visto que esta Corte Superior, por meio da Súmula n. 98, cristalizou o entendimento de que é descabida a multa prevista no dispositivo legal citado, quando previsível o intuito de prequestionamento e ausente o interesse em procrastinar o andamento do feito, ainda que não configurada nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração. A propósito, confira-se o teor do

# Superior Tribunal de Justiça

referido enunciado sumular: "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório*".

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. SÚMULA N. 98/STJ. BEM DE FAMÍLIA. CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. APELAÇÃO. PEDIDO DE DISPENSA DE CUSTAS. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO. DESERÇÃO AFASTADA. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

[...]

3. É inviável a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil se os embargos declaratórios foram opostos com o manifesto intento de prequestionar a matéria deduzida no apelo especial, e não com o propósito de procrastinar o feito. Aplicação da Súmula n. 98 do STJ.

[...]

(AgRg no AREsp n. 595.374/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/8/2015, DJe 1º/9/2015).

RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, PROFERIDA EM DEMANDA NA QUAL SE PLEITEAVA A RESTITUIÇÃO DE VALORES DESVIADOS INDEVIDAMENTE PELA INSURGENTE DA EMPRESA ORA RECORRIDA. EMBARGOS DO EXECUTADO - PENHORA - BEM DE FAMÍLIA - EXCEÇÃO DO ART. 3º, INCISO VI, LEI N. 8.009/90 - IMÓVEL ADQUIRIDO COM PRODUTO DE CRIME - EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA - POSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA DA EXECUTADA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

# Superior Tribunal de Justiça

2. Embargos de declaração manifestados com o intento de prequestionar a matéria. Aplicável ao caso o teor da Súmula 98 do STJ: "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório*".

[...]

4. Recurso especial parcialmente provido, apenas para afastar a multa aplicada com fulcro no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

(REsp n. 1.091.236/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 1º/2/2016).

Assim, não identifico propósito protelatório nos embargos de declaração ou abuso da recorrente por sua oposição que justifique a penalidade, motivo pelo qual se impõe o afastamento da sanção, nos termos do enunciado n. 98 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça impede a análise do dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão recorrido, dada a situação fática do caso, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CANCELAMENTO DE PLANO DE SAÚDE. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. LESÃO EXTRAPATRIMONIAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CONHECIMENTO INVIABILIZADO PELA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior entende que a lesão extrapatrimonial não decorre de simples inadimplemento contratual, sendo necessária a demonstração de ofensa a direitos da personalidade. Incidência do enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

2. Tendo o Tribunal de origem concluído que não houve a comprovação de prejuízo extrapatrimonial, a desconstituição do acórdão estadual demandaria o revolvimento fático-probatório, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

3. A incidência dos enunciados n. 7 e 83 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso interposto tanto pela alínea a quanto pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.304.018/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/4/2019, DJe 23/4/2019 – sem destaques no original).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMÓVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. RESCISÃO. PARCELAS PAGAS. RETENÇÃO. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. PERCENTUAL. REEXAME DO CONTRATO E DOS DEMAIS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem reexame do contrato e dos demais elementos fático-probatórios dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

3. No caso concreto, alterar o percentual de retenção demandaria nova análise do conjunto probatório do feito, vedado em recurso especial.

4. A incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em momento posterior, pois configura indevida inovação recursal.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.387.976/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 20/5/2019 – sem destaques no original).

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial apenas para afastar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

